



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

Letícia Cristina Salustio de Sena

MULHERES DE CONFORTO:
O FRACASSO DAS TENTATIVAS DE RECONCILIAÇÃO ENTRE JAPÃO E
COREIA DO SUL (1995-2017)

Marília
2025

Letícia Cristina Salustio de Sena

**“MULHERES DE CONFORTO: O FRACASSO DAS TENTATIVAS DE
RECONCILIAÇÃO ENTRE JAPÃO E COREIA DO SUL (1995-2017)”**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Marília
2025

S474m	<p>Sena, Leticia Cristina Salustio de</p> <p>Mulheres de conforto : o fracasso das tentativas de reconciliação entre Japão e Coreia do Sul (1995-2017) / Leticia Cristina Salustio de Sena. -- Marília, 2025</p> <p>27 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília</p> <p>●orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos</p> <p>1. Estado. 2. Leste Asiático. 3. Questões diplomáticas. 4. Reconciliação. 5. Narrativa histórica. I. Título.</p>
-------	--

Letícia Cristina Salustio de Sena

**MULHERES DE CONFORTO:
O FRACASSO DAS TENTATIVAS DE RECONCILIAÇÃO ENTRE
JAPÃO E COREIA DO SUL (1995-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Me. Enndiel dos Santos Mendes (examinadora)
Mestre pela UNESP – Campus Marília

Me. Danielle Gonçalves Passos do Nascimento (examinadora)
Mestre pela UNESP – Campus Marília

Marília, 09 de dezembro de 2025.

Aos meus pais, Maria Cristina e José, que andaram no sol para que eu pudesse, hoje, andar na sombra. Obrigada por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidava. Eu amo vocês.

RESUMO

Este trabalho analisa a persistência do impasse diplomático entre Japão e Coreia do Sul sobre a questão das “mulheres de conforto” no período de 1995 a 2017. O objetivo é investigar por que as tentativas formais de reconciliação, como o Asian Women’s Fund e o Acordo de 2015, falharam em garantir uma solução estável. A metodologia empregada é a análise histórica e diplomática, focada no papel das disputas de memória. Os resultados demonstram que o fracasso desses esforços se deve, na maioria, à inconciliabilidade das narrativas históricas, indo além das falhas procedimentais (sigilo, ausência das vítimas). Argumenta-se que o Fator Narrativo Japonês opera como um mecanismo central de resistência diplomática. Ao dar ênfase à sua condição de único país a sofrer bombardeios nucleares, o Japão constrói um enquadramento do sofrimento próprio que serve como instrumento de contenção contra pressões internacionais por responsabilização. Conclui-se que, enquanto o impasse for abordado apenas em termos legais ou políticos, ignorando esse conflito de narrativas, as soluções permanecerão vulneráveis à contestação social e ao desgaste, perpetuando o ciclo de tensões no Leste Asiático.

Palavras-chave: Estado; Leste Asiático; Questões diplomáticas; Reconciliação; Narrativa histórica.

ABSTRACT

This study analyzes the persistent diplomatic impasse between Japan and South Korea regarding the "Comfort Women" issue in the period between 1995 and 2017. The main objective is to investigate why formal reconciliation attempts, such as the Asian Women's Fund and the 2015 Agreement, failed to establish a stable and lasting solution. The methodology employs historical and diplomatic analysis, focusing on the role of memory disputes within the bilateral relationship. Results demonstrate that the failure of these efforts is not solely due to evident procedural flaws (secrecy, absence of victims) but fundamentally stems from the irreconcilability of national historical narratives. It is argued that the Japanese Narrative Factor operates as a central mechanism of diplomatic resistance. By emphasizing its unique status as the only country to suffer nuclear bombings, Japan constructs a framing of its own historical suffering which strategically serves as an instrument to contain international pressure for accountability regarding wartime crimes. The study concludes that as long as the impasse is addressed merely in legal or political terms, ignoring this fundamental conflict of narratives, formal solutions will remain vulnerable to social contestation and continuous political attrition, thus perpetuating the cycle of tensions in East Asia.

Keywords: State; East Asia; Diplomatic issues; Reconciliation; Historical narrative.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	EMERGÊNCIA PÚBLICA DA QUESTÃO E A ABERTURA DAS NEGOCIAÇÕES (1991-1993)	9
3	O ASIAN WOMEN’S FUND (1995-2007)	11
3.1	Análise crítica e encerramento do Asian Women’s fund (1995-2007)	12
4	A INTENSIFICAÇÃO DAS DISPUTAS MEMORIAIS E O IMPASSE DIPLOMÁTICO (2007-2014)	13
5	O ACORDO DE 2015: FORMULAÇÃO, CONTEÚDO E CONTROVÉRSIAS	15
6	A CRIAÇÃO DA TASK FORCE DE 2017: CONTEXTO POLÍTICO E OBJETIVOS DA REVISÃO	18
6.1	A composição e metodologia da Task Force	18
7	CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DA TASK FORCE: FALHAS PROCESSUAIS, DISPUTAS NARRATIVAS E EROSÃO DA LEGIMITIMIDADE	19
8	O PAPEL DAS DISPUTAS NARRATIVAS E DO ENQUADRAMENTO DO SOFRIMENTO HISTÓRICO JAPONÊS NA PERSISTÊNCIA DO IMPASSE	21
9	CONCLUSÃO	24
	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO¹

A questão das chamadas “mulheres de conforto”, termo dotado de grande eufemismo, se refere as centenas de milhares de mulheres vítimas de escravidão sexual cometida pelo Exército Imperial Japonês no período da Segunda Guerra Mundial. Aprofundando-se no termo, podemos compreender como:

O termo “mulher de conforto” é originário da palavra japonesa *ianfu*, que, por sua vez, deriva das palavras chinesas 慰安 (*i:an*), traduzida como conforto ou consolo, e 婦 (*fu*), traduzida como mulher ou esposa, evidenciando que, de acordo com o próprio exército japonês, a função dessas mulheres seria a de fornecer “conforto” às forças imperiais japonesas (Orreill, 2007).

O sistema de “conforto” era utilizado pelo exército japonês como parte de um objetivo de violência estratégica deliberada para diminuir perdas, aprimorar o foco de seus soldados evitando contato com outras mulheres que pudessem “causar danos” de qualquer tipo, tais mulheres eram recrutadas em Okinawa e em outros lugares (principalmente a Coreia) com a falsa promessa de trabalho. Eram enviadas para as “estações de conforto” das tropas e violentadas sexualmente. Sua história foi silenciada por vários motivos. Morte de várias delas em decorrência de tais violências, vergonha por tal sofrimento, traumas decorrentes de tais violências e a destruição deliberada da maioria dos documentos pertinentes, dentre outros.

A postura revisionista e vitimista do Japão no pós-guerra, com a conveniência dos Estados Unidos como potência hegemônica, contribuiu também para tal silenciamento. Interessava aos Estados Unidos como *hegemon* passivizar e anular todos os impulsos revolucionários no imediato pós-guerra no Japão e na Coreia do Sul. Isso implicava em não dar abertura para questões políticas que proporcionassem tais impulsos. A reparação e a crítica às atrocidades envolvendo as assim chamadas “mulheres de conforto” fariam parte de tal lógica. No caso da Coreia do Sul, a composição com vários aspectos do passado colonial de jugo japonês também contemplou o silenciamento com tais violências sofridas pelas mulheres coreanas e também serviu aos desígnios da hegemonia estadunidense (Bergantin, 2024; Parrilha, 2022).

O tema emerge a partir da década de 1990 como um dos eixos centrais de tensão diplomática e disputa memorial no Leste Asiático. Para a Coreia do Sul, trata-se de um trauma que atravessa a memória coletiva, molda a identidade nacional pós-colonial e orienta a política externa em relação ao antigo ocupante imperial. Para o Japão, o tema confronta

¹ Ensaio para submissão à Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais (ISSN 2318-9452). Trabalho elaborado conforme as normativas de publicação desta revista.

diretamente o complexo equilíbrio entre responsabilidade histórica, orgulho nacional, revisionismo conservador e limitações constitucionais impostas pelo pós-guerra.

Entre 1990 e 2017, Japão e Coreia do Sul envolveram-se em múltiplas tentativas de tratativa, incluindo investigações oficiais, declarações públicas, iniciativas híbridas de compensação moral e financeira, programas de assistência, acordos diplomáticos formais e revisões institucionais. No entanto, nenhuma destas iniciativas obteve legitimidade plena, pelo contrário, em sua maioria, resultaram em maiores desavenças e insatisfação entre os Estados. O fracasso destes esforços pode ser atribuído a diversos elementos, como a ausência de reconhecimento jurídico pleno por parte do Japão, falta de foco real nas vítimas, e disputas entre narrativas oficiais e memórias vividas.

O objetivo deste trabalho é reconstruir e analisar as tentativas de tratativa bilaterais entre Japão e Coreia do Sul desde o início da década de 1990 até 2017, com foco na natureza, alcance e limitações de cada iniciativa. A análise inclui o papel do *Kono Statement* (1993), o Asian Women's Fund (1995–2007), as negociações intermitentes das décadas seguintes, o Acordo de 2015 e a revisão crítica conduzida pela Task Force sul-coreana em 2017. Trata-se de um estudo que articula diplomacia, memória e direitos humanos, buscando compreender por que a questão permanece aberta e politicamente volátil, mesmo após sucessivas tentativas formais de encerramento.

2 Emergência pública da questão e a abertura das negociações (1991–1993)

O capítulo que se segue pretende examinar como a questão das mulheres de conforto emergiu publicamente no início da década de 1990 e como esse processo desencadeou as primeiras iniciativas formais de investigação e negociação entre Coreia do Sul e Japão. A partir do testemunho pioneiro de Kim Hak-Sun, será analisado a mobilização social que se formou em torno do tema, a resposta inicial do governo japonês e o impacto da Declaração Kono de 1993, destacando os limites e avanços que marcaram essa fase inaugural das tratativas bilaterais.

A década de 1990 marcou uma ruptura histórica no modo como o tema das mulheres de conforto era abordado. Até então, o assunto permanecia marginalizado tanto na academia japonesa quanto nos espaços públicos sul-coreanos, em grande medida devido ao estigma associado à violência sexual, à repressão política durante a Guerra Fria e ao silêncio estrutural imposto pelas autoridades coloniais e pela sociedade patriarcal. Essa dinâmica mudou

radicalmente em 14 de agosto de 1991, quando Kim Hak-Sun, sobrevivente sul-coreana, decidiu testemunhar publicamente pela primeira vez:

Quando um vasto número de soldados me violou, me senti péssima. Mordi meus lábios e tentei me livrar deles. Não há palavras para dizer o quão doloroso foi. Digo a mim mesma para não pensar nisso, não tenho certeza do que devo fazer (Kim, 1991, online).

Seu relato gerou grande mobilização civil: organizações feministas, grupos de direitos humanos e acadêmicos passaram a exigir do governo japonês transparência e reparação, enquanto a imprensa internacional ampliava a visibilidade do caso. Além da comoção civil, o relato de Kim Hak-Sun incentivou outras vítimas do sistema de conforto que também vieram publicamente compartilhar seus relatos de dor e sofrimento vivenciados naquele período. Os principais pontos demandados para o governo japonês envolviam um pedido formal de desculpas do Estado, indenização e uma explicação completa da verdade sobre o abuso sexual cometida pelas forças armadas (Kim, 2020).

Diante dessa pressão crescente, o Ministério das Relações Exteriores do Japão, iniciou em 1992 uma investigação oficial que culminou no reconhecimento oficial da participação do governo japonês no tema das mulheres de conforto. Este processo resultou no “Kono Statement”, declaração realizada pelo então Secretário-chefe do Gabinete Kōno Yōhei que anunciou os resultados na forma de um pronunciamento oficial. O Governo do Japão, na Declaração Kono de 1993, admitiu que as "Mulheres de Conforto" foram forçadas à escravidão sexual pelos militares japoneses, os quais estiveram direta ou indiretamente envolvidos no estabelecimento, gestão e transferência das estações de conforto. O estudo japonês confirmou que a maioria dessas mulheres, muitas delas da Península Coreana, foram recrutadas contra sua vontade por meio de coerção e aliciamento, vivendo em condições de miséria. Reconhecendo que este foi um ato que feriu gravemente a honra e a dignidade dessas mulheres, o Japão estendeu suas sinceras desculpas e remorso, comprometendo-se a enfrentar os fatos históricos e a não repetir os erros do passado (Ministry of Foreign Affairs Japan - MOFA, 1993).

Apesar da conclusão acima, a declaração permaneceu ambígua quanto ao caráter jurídico da responsabilidade japonesa, evitando termos como “indenização”, “compensação legal” ou “crime de guerra”.

Apesar de importante no nível simbólico, o “Kono Statement” não foi acompanhado, naquele momento, de políticas concretas de reparação estatal. Desta forma, embora a Coreia do Sul tenha celebrado parcialmente o avanço diplomático, manteve-se a pressão por medidas

mais substantivas de reparação e reconhecimento, o que culminaria no próximo marco significativo: o Asian Women's Fund.

Em síntese, a emergência pública da questão das mulheres de conforto entre 1991 e 1993 inaugurou um novo ciclo de responsabilização histórica, impulsionado pelo testemunho das sobreviventes e pela crescente pressão da sociedade civil. Embora a investigação japonesa e a Declaração Kono tenham representado um avanço simbólico significativo, seus limites jurídicos e a ausência de medidas concretas de reparação evidenciaram que essa etapa inicial, ainda que decisiva, foi apenas o começo de um processo diplomático longo, complexo e marcado por disputas sobre memória, responsabilidade e justiça.

3 O Asian Women's Fund (1995–2007)

O lançamento do Asian Women's Fund (AWF), em 1995, representou a primeira grande tentativa institucionalizada do Japão de oferecer algum tipo de reparação às sobreviventes. Criado sob o governo Murayama, o AWF buscou ser um mecanismo diplomático capaz de conciliar as limitações políticas japonesas, sobretudo a relutância em assumir culpa jurídica, com a crescente exigência global de reconhecimento e compensação.

O Ministério das Relações Exteriores do Japão afirma ter atuado de forma ativa na adoção de medidas voltadas à restauração da honra das antigas mulheres de conforto. Nesse marco, ao anunciar a criação do fundo, declarou oficialmente que “em 1995, o Asian Women's Fund (AWF) foi estabelecido com a cooperação do povo e do Governo do Japão, com o propósito de realizar projetos de reconhecimento e reparação para as antigas mulheres de conforto” (MOFA Japan, 2023).² A frase é de suma importância, pois indica o caráter híbrido pensado na projeção do AWF; a participação do projeto envolvia doações monetárias privadas de cidadãos e empresas japonesas e do apoio governamental. O levantamento financeiro apura que foram arrecadados mais de 5,4 bilhões de ienes, sendo 4,8 bilhões por parte do governo, enquanto os 600 milhões de ienes restantes foram arrecadados pela população japonesa. Além da Coreia do Sul, o valor foi distribuído também entre outras nacionalidades de onde pertenciam outras mulheres afetadas pelo sistema de conforto como Filipinas, Taiwan, Indonésia e Países Baixos (MOFA Japan, 2021).

² Tradução livre. Versão original em inglês encontrada no site do Ministério de Relações Exteriores do Japão: *On this basis, the Government of Japan has actively taken measures to recover the honor of former comfort women and to provide remedies for them. In 1995, the Asian Women's Fund (AWF) was established with the cooperation of the people and the Government of Japan for the purpose of carrying out atonement and remedy projects for former comfort women.*

Adicional à ajuda monetária, o governo japonês criou um programa no qual seu objetivo central era preservar a memória do ocorrido e realizar uma documentação histórica. Assim foi criado o site “*Digital Museum: The Comfort Women Issue*”, que conta com diversas documentações e informações relevantes para o tema.

Entretanto, o elemento mais problemático do modelo foi justamente o que o governo japonês considerava sua “virtude política”: que o pagamento direto às sobreviventes, o chamado *atonement money* não era financiado pelo Estado, mas por cidadãos japoneses.

Assim, embora o Asian Women’s Fund tenha sido apresentado pelo governo japonês como um gesto de responsabilidade moral, sua natureza híbrida e a ausência de reconhecimento jurídico limitaram sua legitimidade perante as sobreviventes. Para muitos grupos cívicos, o AWF funcionou menos como reparação e mais como uma estratégia de evitar obrigações estatais diretas, o que alimentou críticas e tensões políticas durante toda a sua vigência. Esses elementos ajudam a explicar por que o fundo acabou esvaziado e encerrado, abrindo espaço para o debate que será desenvolvido no próximo tópico.

3.1 Análise Crítica e Encerramento do Asian Women's Fund (1995-2007)

Para compreender plenamente o desfecho do Asian Women’s Fund, é necessário examinar as razões estruturais que levaram à sua rejeição e, por consequência, ao seu encerramento em 2007. O tópico a seguir analisa criticamente os fatores políticos, simbólicos e diplomáticos que minaram a legitimidade do Fundo, permitindo entender por que sua proposta, apesar de ambiciosa, fracassou em atender às expectativas das sobreviventes e da sociedade civil coreana.

Apesar de sua ambiciosa concepção, o Asian Women 's Fund enfrentou críticas estruturais que culminaram em seu fracasso diplomático do ponto de vista coreano. A rejeição ao Fundo pode ser sintetizada em cinco pontos cruciais. Em primeiro lugar, o AWF não reconhecia responsabilidade jurídica explícita, sendo apresentado pelo governo japonês como um gesto de "expição moral" e consolo, e não como uma compensação legal devida por crimes de guerra e violações de direitos humanos (Kim, 2020). Essa distinção foi inaceitável para as vítimas e grupos ativistas. Em segundo lugar, o Fundo não era financiado diretamente pelo Estado japonês em sua totalidade; a principal demanda das sobreviventes era que o governo arcasse integralmente com as reparações a partir de seu orçamento oficial, enquanto as doações privadas eram vistas apenas como uma manobra para o Estado evitar implicações e responsabilidades legais.

Em terceiro lugar, o discurso oficial japonês minimizava frequentemente os elementos estruturais e sistemáticos do crime. Isso se manifestava, por exemplo, no *AWF Digital Museum*, que tendia a destacar os depoimentos das poucas vítimas que aceitaram a compensação, ao mesmo tempo, em que pouco explorava o caráter sistemático da violência sexual militar e negligenciava as críticas incisivas de quem rejeitou o fundo. Em quarto lugar, o AWF não contemplou a totalidade das vítimas coreanas; o número reduzido de mulheres coreanas que aceitaram o fundo, notavelmente menos de 20 sobreviventes que aceitaram integralmente os termos, ilustra a profunda falta de legitimidade que a iniciativa desfrutava no país. Por fim, a narrativa diplomática japonesa apresentava o fundo como a "solução" final e abrangente para a questão (AWF, entre 1995 a 2007), enquanto a Coreia do Sul e suas organizações civis o viam apenas como uma iniciativa unilateral e manifestamente insuficiente para atender aos padrões de justiça de transição (Kim, 2020).

Essas falhas cumulativas levaram ao encerramento formal do AWF em 2007. Embora o governo japonês o tenha classificado internamente como uma missão cumprida, honrando seu compromisso moral, a Coreia do Sul, as sobreviventes e os ativistas o caracterizaram como um retumbante fracasso diplomático e moral. O legado do AWF foi marcado por uma estrutura híbrida rejeitada amplamente, resultando em um histórico de profunda desconfiança em relação às intenções japonesas. Paradoxalmente, o episódio serviu para fortalecer os movimentos civis coreanos e estabeleceu padrões de negociação controversos, focados na ambiguidade da responsabilidade, que seriam lamentavelmente reproduzidos no Acordo de 2015 e novamente criticados pela mesma base de demandas.

4 A intensificação das disputas memoriais e o impasse diplomático (2007–2014)

Com o encerramento do Asian Women's Fund, em 2007, a questão das mulheres de conforto entrou em uma nova etapa marcada não pela acomodação, mas pelo agravamento das tensões político-memoriais entre Japão e Coreia do Sul. Longe de encerrar o debate, o fim do AWF expôs a profundidade das divergências sobre responsabilidade histórica e abriu caminho para um período de mobilização social intensa, recrudescimento discursivo e crescente disputa pela legitimidade moral no cenário internacional. É nesse ambiente de polarização crescente que se desenvolvem os eventos analisados a seguir, culminando no impasse diplomático que antecedeu o Acordo de 2015.

O encerramento do Asian Women's Fund em 2007 não representou o fim das controvérsias históricas; pelo contrário, marcou o início de uma fase de acirramento nas

disputas narrativas entre Japão e Coreia do Sul. A dissolução do fundo revelou, de modo explícito, que o problema não era apenas técnico ou administrativo, mas estrutural: enquanto o governo japonês buscava “finalizar” a questão por meio de iniciativas limitadas, a Coreia do Sul insistia que nenhuma solução seria legítima sem o reconhecimento jurídico pleno da responsabilidade estatal sobre a escravidão sexual sistemática (Kim, 2020).

Os protestos iniciaram com a ação articulada por mulheres que levantavam cartazes frente à embaixada japonesa declarando frases e falas a fim de provocar pressão no governo. Entretanto, a partir de 2007, movimentos sociais sul-coreanos como o Korean Council for Justice and Remembrance intensificaram suas mobilizações. Estas manifestações semanais diante da Embaixada do Japão em Seul, conhecidas como Wednesday Demonstrations, tornaram-se símbolo mundial da resistência das sobreviventes. Quando o movimento completou seu milésimo encontro, o Korean Council levantou para a frente da embaixada japonesa em Seul a estátua chamada de “Estátua da Paz”, com a figura de uma menina coreana representando as milhares de mulheres coreanas vítimas do sistema de conforto. Este ato culminou na mudança de comportamento por parte do Estado japonês, que deixou de lado seu caráter anteriormente reservado e condenou publicamente a ação através do discurso público de Yoshihide Suga, então Secretário-Chefe do Gabinete do Japão em que declarou:

É altamente lamentável que um grupo de ativistas sul-coreanos tenha instalado uma estátua no final do ano passado na calçada em frente ao Consulado-Geral do Japão em Busan. A instalação é também problemática à luz da Convenção de Viena sobre Relações Consulares. (Kawamura, 2025).

Paralelamente, o número de pesquisas acadêmicas e reportagens internacionais sobre as mulheres de conforto aumentou, elevando o custo reputacional do Japão no cenário global.³

Durante esse período, o governo japonês passou a adotar uma postura cada vez mais oscilante e politicamente ambígua, reflexo das alternâncias de poder entre chefes de governo mais progressistas e correntes conservadoras alinhadas ao revisionismo histórico. A ascensão de Shinzo Abe, especialmente em seu segundo mandato (2012–2020), representou um ponto de virada, pois o premiê relativizava frequentemente a extensão da coerção envolvida no sistema de conforto. Em 2007, Abe chegou a afirmar que “não havia provas” de que o

³ Evidências jornalísticas de ampla repercussão reforçam esse argumento. Entre elas, destaca-se a matéria do *The Guardian* (2005), “*World War II’s ‘comfort women’ return to haunt Japan*”, que examinou a pressão diplomática e moral enfrentada pelo governo japonês devido à persistência das reivindicações das sobreviventes. Outro exemplo é o relatório publicado pela Amnistia Internacional (2010), “Japão: ‘Mulheres de Conforto’ assinalam a 900ª ‘Manifestação da Quarta-feira’”, que documentou o impacto transnacional das mobilizações civis sul-coreanas e denunciou o contínuo déficit de responsabilidade estatal japonesa. Ambos os materiais jornalísticos contribuíram para elevar o custo reputacional do Japão no cenário global ao manter o tema em evidência e enquadrá-lo como uma questão de direitos humanos ainda não resolvida.

Exército japonês tivesse sequestrado mulheres sistematicamente. Tal declaração gerou indignação internacional e levou o governo a emitir esclarecimentos diplomáticos posteriores. (Kim, 2020).

Tais tensões foram amplificadas pela crescente competição por legitimidade moral entre os dois países. Na Coreia do Sul, tribunais passaram a receber ações civis movidas por sobreviventes, e decisões condenando o Estado japonês tornaram-se recorrentes após 2011. No Japão, por sua vez, ganhou espaço uma narrativa revisionista que procurava apresentar o país como vítima, e não perpetrador, do sistema internacional pós-1945. Essa reconfiguração discursiva, analisada por diversos estudiosos, alimentou a percepção de que o governo japonês buscava moldar o passado de forma a minimizar suas responsabilidades (Kim, 2020).

Nesse cenário, os Estados Unidos, principal aliado de ambos, tinha interesse em reduzir a tensão bilateral, especialmente após o agravamento da retórica norte-coreana e o fortalecimento estratégico da China no Pacífico. Esse contexto geopolítico criaria as condições para a negociação acelerada do Acordo de 2015.

5 O Acordo de 2015: formulação, conteúdo e controvérsias

As críticas recorrentes destacavam a ausência de reconhecimento explícito da responsabilidade legal do Estado japonês, a insuficiente participação das vítimas nos processos decisórios e a percepção de que negociações diplomáticas frequentemente priorizavam interesses estatais em detrimento das demandas das mulheres afetadas. Nesse contexto de desconfiança e desgaste histórico, Japão e Coreia do Sul anunciaram, em 28 de dezembro de 2015, um novo acordo que, segundo ambos os governos, representaria uma “solução final e irreversível” para a controvérsia (Panda, 2017).

O pacto estabeleceu duas medidas centrais. A primeira delas foi a manifestação oficial do governo japonês, expressa por meio de uma declaração do Ministro das Relações Exteriores, Fumio Kishida, na qual o Japão afirmou seu “profundo remorso e sincera desculpa” às sobreviventes coreanas. Na declaração, Kishida reconheceu formalmente a responsabilidade do exército imperial japonês pela operação do sistema de escravidão sexual durante a guerra e indicou que o Estado japonês assumia sua parcela de culpa na questão das mulheres de conforto. Embora retomasse expressões de pesar já utilizadas em ocasiões anteriores, essa formulação ganhou novo peso político por estar inserida em um compromisso bilateral estruturado e publicamente anunciado (MOFA Japan, 2015).

Foi criado um fundo de 1 bilhão de ienes, financiado integralmente pelo Estado japonês, destinado a apoiar programas de assistência às vítimas, cuja administração ficaria a cargo de uma fundação sul-coreana criada para este propósito. Por fim, os dois países comprometeram-se a evitar críticas mútuas em fóruns internacionais, a considerar a questão “definitivamente resolvida” e a cooperar na gestão da controvérsia relacionada à estátua da “Menina de Paz”, localizada em frente à Embaixada do Japão em Seul, ao qual o governo sul-coreano se comprometeu a buscar uma solução, consultando as organizações responsáveis para definir a melhor forma de encaminhar o tema. Diferentemente do AWF, que operava com recursos privados complementados por subsídios governamentais, o Acordo de 2015 representou um avanço ao prever, pela primeira vez, um fundo inteiramente financiado pelo Estado japonês. Apesar disso, sua recepção pública mostrou-se amplamente negativa (MOFA Japan, 2015).

Na mesma conferência, Yun Byung-se, Ministro das Relações Exteriores da Coreia do Sul, afirmou estar satisfeito em anunciar que o esforço conjunto entre os governos coreano e japonês havia permitido encerrar um longo e sensível capítulo da história bilateral. Para ele, o acordo representava não apenas a conclusão de um processo diplomático complexo, mas também um marco simbólico na tentativa de superar um dos episódios mais dolorosos do passado compartilhado. O Ministro concluiu sua declaração expressando seu “sincero desejo” de que, com a resolução da questão das mulheres de conforto, descrita por ele como o tema mais desafiador e difícil nas relações entre os dois países, Japão e Coreia do Sul pudessem iniciar uma nova etapa marcada por um espírito renovado de cooperação. Ele acrescentou que a superação desse impasse histórico abriria espaço para fortalecer a confiança mútua e ampliar iniciativas conjuntas em áreas de interesse comum, contribuindo para uma relação bilateral mais estável e construtiva. (Ministry of Foreign Affairs, Republic of Korea - MOFA ROK, 2015).

Entretanto, o acordo, apesar de caracterizado como “irreversível”, não recebeu boa aceitação por parte da sociedade civil sul-coreana. A principal crítica surgiu da ausência de consulta direta às vítimas. Diversas sobreviventes relataram não ter sido informadas sobre os termos do acordo e sustentaram que o governo sul-coreano de Park Geun-hye concluiu a negociação sem incorporar suas demandas históricas. A percepção de exclusão reforçou o entendimento de que o processo priorizara objetivos políticos e diplomáticos, em detrimento da reparação centrada nas vítimas. Paralelamente, a linguagem adotada no pacto alimentou questionamentos acadêmicos. Assim como em iniciativas anteriores, o texto evitou

reconhecer uma “responsabilidade legal” do Estado japonês, optando por expressões de pesar, remorso ou desculpas formais. Essa ambiguidade jurídica foi interpretada por estudiosos e ativistas como um mecanismo para evitar implicações legais mais amplas, mantendo a resolução dentro do campo moral e financeiro (Yang, 2018).

As reações públicas na Coreia do Sul foram imediatas e intensas. Pesquisas de opinião da época indicavam que grande parte da população rejeitava o acordo, enquanto o Parlamento declarou que o pacto carecia de legitimidade política. Organizações civis criticaram o governo por desconsiderar a participação das vítimas e por aceitar um arranjo visto como insuficiente para reparar violações cometidas durante o período colonial. Muitas sobreviventes expressaram sua insatisfação, percebido através da fala de Lee Yong-soo, que declarou durante manifestações contra o acordo: “Não queremos dinheiro. O que demandamos é que o Japão faça reparações oficiais pelo crime que cometeram.” (Tiezzi, 2015). Para Lee Yong-soo e demais críticos, a desculpa do então presidente japonês Abe, não era suficiente para oficializar o reconhecimento do Japão em sua responsabilidade legal perante o sofrimento das vítimas.

O *Korean Council for the Women Drafted for Military Sexual Slavery in Japan* adotou uma postura ainda mais contundente ao classificar o acordo como uma “humilhação diplomática”, argumentando que a Coreia do Sul havia concedido demais em troca de muito pouco. Em comunicado oficial, a organização afirmou que “o acordo não passa de uma conclusão diplomática que traiu o desejo das mulheres de conforto e do povo sul-coreano” (Tiezzi, 2015).

Diante desse cenário, o Acordo de 2015 perdeu rapidamente legitimidade social e política. Com o *impeachment* sofrido pela ex-presidente Park em 2017, foi eleito o presidente de Moon Jae-in no mesmo ano (Kim, 2020). Moon instituiu uma força-tarefa criada para revisar o processo de negociação, identificando falhas significativas em sua formulação, especialmente no que dizia respeito à transparência, à participação das vítimas e à falta de consenso social. O relatório final da força-tarefa concluiu que o pacto não atendia aos parâmetros mínimos de justiça histórica, o que comprometeu de forma definitiva sua validade moral e seu potencial de encerrar a disputa memorial entre Japão e Coreia do Sul.

6 A criação da Task Force de 2017: contexto político e objetivos da revisão

A crise de legitimidade que envolveu o Acordo de 2015 atingiu seu ápice após o *impeachment* da presidente Park Geun-hye, em dezembro de 2016. Seu afastamento intensificou a desconfiança pública quanto à maneira como seu governo havia conduzido negociações tão sensíveis, especialmente no que dizia respeito às mulheres de conforto. Logo após o anúncio do acordo, setores da sociedade civil, além de membros da comunidade política e acadêmica, manifestaram críticas e suspeitas sobre o processo, apontando que ele havia sido conduzido sem o devido respeito às vítimas e sem mecanismos transparentes de consulta (MOFA ROK, 2017).

Com o avanço das investigações que levaram ao *impeachment*, cresceu a percepção de que o governo Park tratara o tema de forma centralizada e distante das expectativas das sobreviventes e de seus representantes cívicos. Esse acúmulo de críticas consolidou a visão de que o pacto de 2015 carecia de legitimidade social, não apenas por seu conteúdo, mas também pela forma como foi articulado politicamente.

Assim, uma das primeiras medidas do novo presidente sul-coreano, Moon Jae-in, eleito em maio de 2017, foi estabelecer no Ministério das Relações Exteriores uma *Task Force on the Review of the Korea-Japan Agreement on the Issue of “Comfort Women” Victims*. A formação dessa equipe refletia o compromisso de reavaliar não apenas o conteúdo do pacto, mas também todo o processo de negociação, incluindo transparência, comunicação com as vítimas e coerência com os princípios de justiça transicional (MOFA ROK, 2017).

A instituição da força-tarefa constituiu um ponto de virada importante no plano institucional: enquanto anteriormente os acordos haviam sido conduzidos sobretudo na esfera governamental, a nova diretriz buscava avaliar se o pacto respeitara o protagonismo das sobreviventes. O objetivo central era determinar se o Acordo de 2015 cumpria padrões mínimos de legitimidade, justiça e representatividade, além de examinar a adequação jurídica e moral das medidas implementadas (MOFA ROK, 2017).

6.1 A composição e metodologia da Task Force

A eleição de Moon Jae-in, em maio de 2017, representou uma inflexão política importante. Durante sua campanha, Moon já havia sinalizado que buscaria revisar o Acordo de 2015, considerando que ele não refletia a vontade das sobreviventes nem atendia às expectativas normativas da sociedade sul-coreana sobre justiça histórica (Kim, 2020). Ao

assumir o cargo, uma de suas primeiras iniciativas foi a criação, no Ministério das Relações Exteriores, da Task Force on the Review of the Korea-Japan Agreement on the Issue of “Comfort Women” Victims. A formação dessa força-tarefa simbolizou uma tentativa explícita de reposicionar o Estado como agente responsável por garantir transparência e responsividade, rompendo com a lógica de negociação diplomática fechada que havia marcado o governo anterior (MOFA ROK, 2017).

A instituição desse grupo também expressou um reposicionamento conceitual da política externa sul-coreana. O governo Moon buscava reforçar o princípio de que questões relativas às mulheres de conforto não deveriam ser tratadas apenas como problema bilateral de natureza diplomática, mas como um tema de direitos humanos, memória e responsabilidade histórica. Essa mudança de perspectiva implicava a necessidade de revisar não apenas o conteúdo formal do pacto, mas principalmente o processo que o originou, examinando se ele havia atendido padrões mínimos de participação das vítimas e proporcionalidade reparatória (MOFA ROK, 2017). Desse modo, a força-tarefa foi concebida não como instrumento de renegociação direta com o Japão, mas como mecanismo interno de diagnóstico institucional, cujo objetivo era produzir evidências capazes de fundamentar uma nova postura do Estado sul-coreano frente ao tema.

A composição do grupo foi cuidadosamente estruturada para refletir sua natureza multidisciplinar. Os nove especialistas selecionados incluíam acadêmicos de história moderna, pesquisadores de direitos humanos, especialistas em direito internacional e representantes da sociedade civil envolvidos em debates sobre o tema. Essa diversidade permitiu avaliar o Acordo de 2015 sob múltiplas lentes analíticas, incluindo a reconstrução histórica, a análise documental, a observação crítica do processo diplomático e a escuta ativa das vítimas. A metodologia empregada combinou entrevistas com diplomatas envolvidos, revisão de memorandos internos, análise de diretrizes políticas utilizadas entre 2014 e 2015 e consultas com organizações cívicas e grupos especializados (MOFA ROK, 2017). O relatório final, divulgado em dezembro de 2017, tornou-se peça-chave para compreender por que o Acordo de 2015 colapsou politicamente, mesmo permanecendo formalmente em vigor.

7 Conclusões do relatório da Task Force: falhas processuais, disputas narrativas e erosão da legitimidade

O relatório da força-tarefa apresentou uma crítica detalhada ao processo de negociação do Acordo de 2015 e revelou falhas substanciais que contribuíram para a degradação de sua

legitimidade. Sua primeira constatação foi a de que as negociações foram marcadas por um nível excepcional de sigilo. Informações relevantes circulavam apenas entre poucos assessores de alto nível, e partes substanciais do entendimento bilateral permaneceram opacas até mesmo para membros do próprio Ministério das Relações Exteriores (MOFA ROK, 2017). Essa restrição de acesso impediu uma avaliação social mais ampla e dificultou o funcionamento de mecanismos internos de controle que, em ambientes democráticos, servem para equilibrar decisões sensíveis.

A ausência de participação efetiva das vítimas foi identificada como uma das falhas mais graves. Embora autoridades do governo Park tenham alegado que consultas informais ocorreram, o relatório concluiu que tais interações não constituíram um processo substantivo de incorporação das demandas das sobreviventes (MOFA ROK, 2017). A maior parte delas sequer foi informada sobre os termos específicos do acordo antes de sua divulgação pública, o que contraria princípios fundamentais da justiça transicional, segundo os quais as vítimas não são apenas receptoras de reparação, mas agentes legítimas na formação das políticas que tratam seu passado de violência.

Outro ponto crítico levantado pelo relatório refere-se à estrutura do acordo em si. A expressão de desculpas japonesas, embora registrada, foi considerada insuficiente por não vir acompanhada de reconhecimento jurídico explícito da responsabilidade estatal. Essa distinção é significativa: enquanto pedidos de desculpas podem ter força simbólica, o reconhecimento jurídico implica aceitar obrigações formais e históricas que não podem ser facilmente revertidas ou reinterpretadas (MOFA, 2017). Para muitas sobreviventes, essa diferença foi central para rejeitar a validade moral do pacto.

A cláusula que declarava a resolução da questão como “final e irreversível” foi outro elemento interpretado como problemático. Tal formulação foi vista como uma tentativa de encerrar definitivamente o tema no plano diplomático, independentemente da percepção das vítimas, e amplamente criticada por ignorar que memória, reparação e reconhecimento histórico são processos contínuos. Ademais, o compromisso sul-coreano de “se esforçar” para resolver a questão da estátua da Menina de Paz diante da embaixada japonesa foi interpretado como concessão unilateral, gerando forte reação social ao sugerir que o Estado estaria disposto a limitar manifestações cívicas em prol da manutenção de relações diplomáticas estáveis (MOFA ROK, 2017).

As conclusões da força-tarefa repercutiram imediatamente na política bilateral. O governo japonês rejeitou qualquer possibilidade de revisão, afirmando que o acordo devia ser

cumprido integralmente, conforme declaração do então Ministro de Relações Exteriores do Japão, Taro Kono:

A posição do governo japonês é de que se o governo sul-coreano tentar alterar o acordo ao qual já foi implementado baseado no *report*, a relação Japão-Coreia se tornará impossível de administrar; portanto, tal tentativa não pode ser de modo algum aceitável. O Governo do Japão pressionará firmemente a República da Coreia a garantir que o próprio governo sul-coreano continue a implementar de forma consistente o acordo como um entendimento ‘final e irreversível’ (MOFA Japan, 2017, tradução livre).⁴

A administração Moon reconheceu que o pacto apresentava “defeitos sérios” e adotou uma posição intermediária: embora não tenha formalmente revogado o acordo, uma decisão que poderia gerar tensões ainda maiores, suspendeu sua implementação prática. Isso incluiu a devolução parcial dos fundos recebidos, a paralisação das atividades da fundação criada para administrar o apoio às vítimas e a reabertura do diálogo entre governo e movimentos cívicos (MOFA ROK, 2017).

Como resultado, o Acordo de 2015 permaneceu em um estado de vigência meramente formal, desprovido de eficácia política e social. O relatório demonstrou que qualquer entendimento diplomático sobre a questão das mulheres de conforto precisa atender três condições essenciais: transparência procedimental, participação das vítimas em todas as fases e reconhecimento jurídico claro da responsabilidade histórica. Quando esses elementos não são respeitados, acordos podem até ser formalmente implementados, mas tendem a fracassar no plano simbólico, moral e diplomático. O caso de 2015 ilustra esse padrão de forma exemplar (MOFA ROK, 2017).

8 O Papel das Disputas Narrativas e do Enquadramento do Sofrimento Histórico Japonês na Persistência do Impasse

O fracasso do Acordo de 2015, evidenciado pela Task Force, exige uma compreensão que vá além das falhas procedimentais (sigilo, ausência das vítimas e fragilidade jurídica). O tópico seguinte aprofunda a dimensão estrutural do impasse, deslocando a análise para as narrativas históricas. Examina-se como as disputas de memória, sobretudo a construção do sofrimento japonês e a minimização da responsabilidade imperial, sustentam a resistência

⁴ Tradução livre. Versão original em inglês encontrada no site do Ministério de Relações Exteriores do Japão: *The position of the Government of Japan is that if the Government of the ROK attempts based on this report to change an agreement which has already been implemented, the Japan-ROK relationship will become unmanageable; therefore such an attempt cannot be acceptable whatsoever. The Government of Japan will strongly urge the ROK to ensure that the Government of the ROK continues to steadily implement the agreement as a “final and irreversible” agreement.*

diplomática e moldam a opinião e percepção da população. Ao explorar estes elementos, o texto demonstra por que acordos formais continuam vulneráveis à contestação social e ao desgaste político contínuo.

A persistência do impasse diplomático entre Japão e Coreia do Sul sobre a questão das "mulheres de conforto" não se resume a divergências jurídicas ou à oscilação de prioridades políticas bilaterais. Pesquisadoras como Tessa Morris-Suzuki (2007) e Hiro Saito (2020) demonstram que a disputa é, fundamentalmente, um conflito de narrativas sobre quais memórias devem ser legitimadas e quais devem ser silenciadas.

Neste campo de tensões, o enquadramento do sofrimento histórico japonês exerce uma função dupla. De um lado, atua como um mecanismo de preservação identitária interna. De outro, simultaneamente, serve como um instrumento de contenção contra as demandas internacionais por responsabilização histórica (Saito, 2020).

Essa postura permite ao Japão dar ênfase à sua condição singular de “único país a sofrer bombardeios nucleares”⁵, enquanto minimiza ou desvia o foco de suas responsabilidades como potência agressora no passado.

Desde 1945, o Estado japonês alterna entre reconhecer parcialmente abusos cometidos durante a expansão imperial e minimizar o caráter sistemático dessas violências. Essa ambiguidade está enraizada em um padrão mais amplo de memória histórica no Japão do pós-guerra. Parte da retórica política tende a enfatizar o país como uma “nação ferida”, especialmente ao destacar o sofrimento civil decorrente dos bombardeios e da ocupação (Morris-Suzuki, 2007). Essa ênfase na própria dor nacional compete diretamente com representações que colocam o Japão como perpetrador de violências estruturais contra populações colonizadas.

Essa construção vitimista se articula ainda com o modo como o Estado moldou a educação e a identidade cívica do pós-guerra. A autora Puja Kim sintetiza este ponto ao afirmar:

O sistema educacional japonês no pós-guerra não conseguiu fomentar uma consciência robusta sobre a história de opressão colonial e o expansionismo militar da nação. Os livros didáticos japoneses tendem a focar na terrível destruição e no trauma causados pelos bombardeios atômicos dos EUA em Hiroshima e Nagasaki, mas pouco ensinam sobre os atos hediondos que o próprio país cometeu contra outros povos asiáticos. A mídia, por sua vez, também costuma enfatizar o sofrimento

⁵ Ataque se refere ao lançamento das bombas atômicas “Little boy” e “Fat Man” nas cidades de Hiroshima e Nagasaki por parte dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, em 1945. Para mais informações, consultar a matéria de Carlos Serrano para o BBC News Brasil: Hiroshima e Nagasaki: como foi o 'inferno' em que milhares morreram por causa das bombas atômicas (Serrano, 2025).

da nação durante a guerra, enquanto minimiza o caos que seus exércitos causaram no exterior (Kim, 2020).⁶

Esse padrão educacional e midiático reforça narrativas que priorizam o sofrimento japonês e reduzem o espaço para reconhecer plenamente a responsabilidade estatal. Como argumenta Saito (2017), tal orientação faz parte de um “problema da história”, no qual Estados constroem versões nacionalistas do passado que destacam o que ocorreu aos seus próprios cidadãos, enquanto marginalizam aqueles que sofreram sob o seu poder imperial.

Essa estrutura narrativa também ajuda a explicar porque iniciativas como o Asian Women’s Fund foram concebidas como projetos humanitários e não como reparação jurídica. Ao apresentar o fundo como gesto voluntário “do povo e do governo”, o Estado japonês preserva sua narrativa identitária, uma narrativa que admite compaixão, mas evita reconhecer coerção estatal sistemática (Kim, 2020).

A perspectiva sul-coreana, por sua vez, parte de premissas distintas. Na Coreia, o sistema das mulheres de conforto é compreendido como violência sexual organizada pelo Estado imperial japonês. Nesse enquadramento, narrativas japonesas que relativizam coerção, inclusive aquelas que enfatizam o vitimismo nacional, são percebidas como formas de apagamento histórico (Paiva, 2021).

Essas memórias em disputa moldam currículos escolares, posicionamentos diplomáticos e percepções públicas sobre justiça histórica. Não surpreende, portanto, que acordos como o de 2015 sejam frágeis: sem enfrentar a divergência profunda nas políticas de memória, compromissos formais permanecem vulneráveis ao desgaste político.

Assim, a continuidade do impasse não decorre apenas da dificuldade jurídica, mas da incompatibilidade entre uma narrativa japonesa defensiva, apoiada em práticas de vitimização nacional, e uma narrativa sul-coreana que exige o reconhecimento pleno da violência sistemática (Morris-Suzuki, 2007). Enquanto essas tensões discursivas não forem incorporadas às negociações, soluções diplomáticas continuarão sujeitas a rupturas recorrentes e crises de confiança.

⁶ Tradução livre. Texto original lê-se: Japan’s post-war education system did not foster a robust awareness of the nation’s history of colonial oppression and military aggrandizement. Unlike students in post-war Germany, Japanese students generally have not been encouraged to cultivate a sense of personal or national responsibility for confronting and rectifying that past. Japanese schoolbooks focus on the terrible destruction and trauma caused by the U.S. atomic bombings of Hiroshima and Nagasaki, but teach little about the horrific acts their own country committed against other Asian peoples.

9 Conclusão

A partir do presente estudo, é possível destacar alguns elementos centrais que estão vinculados a estes impasses que levam a dificuldade de estabelecer soluções duradouras e satisfatórias para o tema das “mulheres de conforto”. Primeiro, a relutância japonesa em assumir responsabilidade jurídica: mesmo quando declarações de remorso foram expressas, elas não vieram acompanhadas do reconhecimento legal das violações cometidas, o que era e ainda é a forma correta demandada pelas vítimas e ativistas da causa. Segundo, a exclusão reiterada das sobreviventes, que raramente participaram das etapas decisórias e, muitas vezes, sequer foram consultadas de forma substantiva.

Além disso, disputas de memória moldaram a percepção pública e limitaram o alcance das iniciativas. Enquanto o Japão construiu narrativas que suavizam sua responsabilidade histórica, a Coreia do Sul transformou o tema em símbolo de uma identidade marcada pelo sofrimento e pela resistência. Por fim, os acordos firmados careciam de estruturas duradouras: tanto o AWF quanto o pacto de 2015 dependiam de consensos políticos frágeis, facilmente abalados por crises domésticas e contestação social.

A revisão conduzida pela Task Force sul-coreana em 2017 marcou o esgotamento do Acordo de 2015 e, simultaneamente, demonstrou maior maturidade institucional ao adotar parâmetros próximos aos da justiça transicional internacional. Seu relatório deixou claro que nenhuma iniciativa será estável sem integrar plenamente as vítimas, sem reconhecer responsabilidade estatal explícita e sem considerar as memórias históricas em disputa.

Assim, a questão das mulheres de conforto permanece como um campo sensível onde diplomacia, memória traumática e identidade nacional se entrelaçam. Avanços futuros dependerão da disposição sobretudo do lado japonês de confrontar o passado sem ambiguidades, assumir compromissos jurídicos consistentes e construir políticas de reparação que atendam às expectativas das sobreviventes e da sociedade civil.

O período analisado demonstra que a reconciliação é possível, mas sua materialização exige a conjugação da verdade histórica, da responsabilidade legal e da participação ativa das vítimas. Sem o estabelecimento desses pilares, qualquer novo acordo tenderá a replicar a fragilidade e o desgaste observados nas tentativas anteriores. Desse modo, a análise desenvolvida neste trabalho sobre a inviabilidade de soluções duradouras mantém-se altamente atual e relevante, pois o cenário diplomático continua sendo desafiado pela contestação pública e política, e a demanda por uma responsabilização histórica completa ainda não foi plenamente atendida.

REFERÊNCIAS

- AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL. Japão: “Mulheres de Conforto” assinalam a 900.^a manifestação da Quarta-feira. **Amnistia Internacional Portugal**, [S. l.], 23 jan. 2010. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/japao-mulheres-de-conforto-assinalam-a-900a-manifestacao-da-quarta-feira/>
- ASIAN WOMEN'S FUND. **Projects implemented by the Asian Women's Fund: summary and evaluation**. Tóquio: Asian Women's Fund, mar. 2007. 32 p. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/files/100173322.pdf>.
- BERGANTIN, Pedro Henrique. **Revolução passiva no leste asiático pós-guerra: a relação Japão-Coreia sob uma abordagem gramsciana**. 2024. 109 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/bb8d7a5b-7c25-47a3-939c-940d08edbdb5>
- FINN, Peter. South Korea's Comfort Women Reject Deal with Japan. **The Diplomat**, [S. l.], 29 dez. 2015. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/12/south-koreas-comfort-women-reject-deal-with-japan>
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. **Diplomatic Bluebook 2023: Chapter 2 / Section 2 Asia and Oceania / 1 Overview**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2023. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2023/en_html/chapter2/c020201.html
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. **Diplomatic Bluebook 2024**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2024. 385 p. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2024/pdf/pdfs/2024_all.pdf
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. **Diplomatic Bluebook 2025: Reference Materials / R01 Diplomatic and Other Relations / R0101: List of International Agreements Concluded by Japan (2024)**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2025. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2025/en_html/references/r0101.html
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. Establishment of the Reconciliation and Healing Foundation. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 15 jun. 2016. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/press/release/press4e_001857.html
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. **Japan-ROK foreign ministers' meeting (announcement by foreign ministers of Japan and the Republic of Korea)**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 28 dez. 2015. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/na/kr/page4e_000365.html
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. **Japan's efforts on the comfort women issue**. [S. l.]: Ministry of Foreign Affairs, [ca. 2022]. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/policy/postwar/page22e_000883.html.

JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. [Asian Women's Fund] Kokusai Fujin Kikin no Kaimatsu ni tsuite (国際女性基金の解散について - Sobre a dissolução do Fundo Internacional para Mulheres). Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 5 mar. 2007. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/mofaj/page4_002718.html

JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. Measures taken by the Government of Japan on the issue of “comfort women”. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/women/fund/policy.html>

KAWAMURA, Yasuhisa. Steadily implement ‘comfort women’ agreement. **The Japan Times**, Tóquio, 16 jan. 2017. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2017/01/16/commentary/japan-commentary/steadily-implement-comfort-women-agreement/>

KIM, Hak-sun. Testimony of Kim Hak-sun. Seul, 14 ago. 1991. In: Digital Museum: The Comfort Women Issue and the Asian Women’s Fund. [S. l.], 1991. Disponível em: <https://www.awf.or.jp/e6/testimony-01.html>

KIM, Puja. The “Comfort Women” Redress Movement in Japan: Reflections on the Past 28 years. In: MIN, Pyong Gap; CHUNG, Thomas; YIM, Sejung Sage (ed.). **The Transnational Redress Movement for the Victims of Japanese Military Sexual Slavery: The transnational redress movement for the victims**. Berlim; Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2020. p. 43-70. DOI: 10.1515/9783110643480-005

KOREA (SOUTH). Ministry of Foreign Affairs. Report of the Task Force on the Review of the ‘Comfort Women’ Issue Agreement. Seul: Ministry of Foreign Affairs, 2017. 34 p. Disponível em: https://www.mofa.go.kr/upload/cntnts/www/result_report_eng.pdf

KOREA (SOUTH). Ministry of Foreign Affairs. Foreign Ministers of the ROK and Japan Meet over the Issue of 'Comfort Women'. Seul: Ministry of Foreign Affairs, 2018. Disponível em: <https://www.mofa.go.kr/viewer/skin/doc.html?fn=20180202021102518.pdf&rs=/viewer/result/202511>

MCCURRY, Justin. Tokyo's apology to comfort women is 'not enough'. **The Guardian**, Londres, 14 jun. 2005. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2005/jun/14/worlddispatch.secondworldwar>

MORRIS-SUZUKI, Tessa. Japan's "Comfort Women": Listening to the Voices. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, [S. l.], v. 5, n. 3, 22 jan. 2007. Disponível em: <https://apjif.org/tessa-morris-suzuki/2373/article>

ORREILL, Kirsten. Who are the Ianfu (comfort women)? **New Voices**, [s. l.], v. 2, p. 128-152, 2008. Disponível em: http://newvoices.org.au/newvoices/media/JPF-New-Voices-Vol-2-07-ianfu_orreill.pdf.

PAIVA, Carolina Maria Monteiro. Mulheres, feminismo e relações internacionais: o caso do movimento de reparação das “mulheres de conforto” sul-coreanas. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em:

https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24516/1/CarolinaMariaMonteiroPaiva_Dissert.pdf.

PANDA, Ankit. The “Final and Irreversible” 2015 Japan – South Korea Comfort Women Deal Unravels. **The Diplomat**, [S. l.], 9 jan. 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/01/the-final-and-irreversible-2015-japan-south-korea-comfort-women-deal-unravels/>

PARRILHA, Ariel da Silva. As “mulheres de conforto” coreanas e a violência sexual estratégica: uma análise. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/eebe8276-382c-4fb5-8edf-ead50efe3bb8>

SAITO, Hiro. The History Problem: The Politics of War Commemoration in East Asia. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, [S. l.], v. 15, n. 15, 1 ago. 2017. Disponível em: <https://apjif.org/2017/15/Saito>

SERRANO, Carlos. Hiroshima e Nagasaki: como foi o 'inferno' em que milhares morreram por causa das bombas atômicas. **BBC News Brasil**, [S. l.], 6 ago. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-897d70df-056b-413c-ac44-cdaca33bc8c>